

## São necessárias reformas urgentes para travar o uso da dívida pública como instrumento de perpetuação do “neocolonialismo” em África

- Os altos níveis de endividamento continuam a colocar mais países numa escolha difícil entre prover serviços básicos e cumprir com o serviço da dívida. É tendo em conta esta realidade que as organizações da sociedade civil do continente entendem ser urgentes medidas adicionais para redireccionar a dívida dos países africanos para um caminho sustentável e combater as práticas de certos credores tendentes ao abuso da posição vulnerável das nações endividadas para maximização de lucros e violação da sua soberania económica.



- O apelo foi lançado durante a segunda Conferência Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AfCoDD II), realizada em Agosto último no Malawi pelo Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD) e seus parceiros. Com o tema “Da recuperação à reforma: Sisi Ndio Tuko - Stop the Bleeding”, o evento reuniu várias organizações da sociedade civil ao nível de África, incluindo o Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), para discutir e decidir o caminho de África para a autodeterminação económica, política e social.



Assumindo desde sempre a posição de “credores líquidos” das nações do “Global Norte”, os países africanos são cada vez mais confrontados com a necessidade de alocar os poucos recursos que conseguem mobilizar ao nível das suas economias para honrar com obrigações creditícias em detrimento da provisão de bens e serviços essenciais para os seus cidadãos. Uma situação que, para as organizações da sociedade civil ao nível do continente, embora tenha origem nas fragilidades de governação com que se deparam os países africanos, é perpetuada pela actual estrutura da arquitetura financeira internacional que promove

a contração de mais dívidas, mas dificulta uma reestruturação ordenada da mesma.

As opiniões de líderes políticos, técnicos e activistas sociais de todo o continente convergem sobre a urgência de medidas concretas para impedir um agravamento da crise do endividamento e a consequente reversão de progressos arduamente conquistados na redução da pobreza na região. As preocupações sobre a tendência e as implicações do endividamento no continente não são novas, apenas subiram de tom na sequência dos múltiplos choques que têm marcado a economia global, com destaque para a pandemia da COVID-19 e conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia.

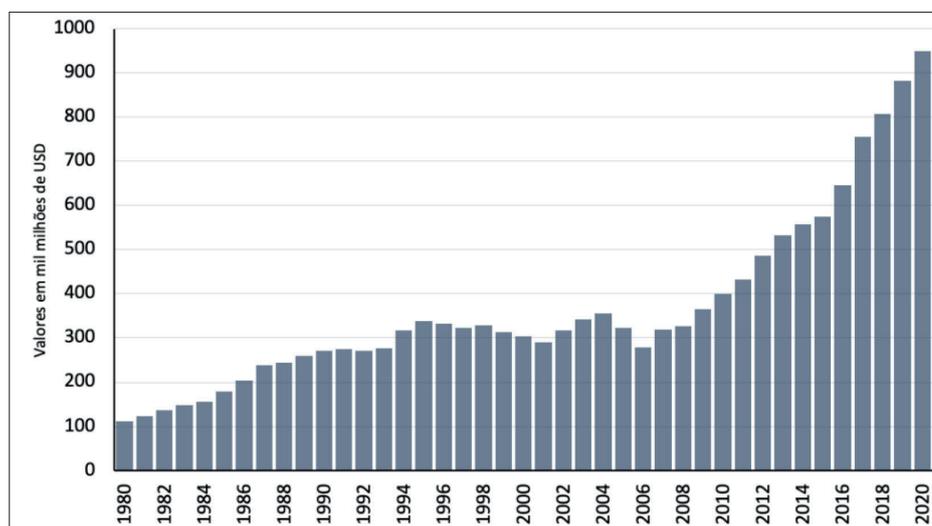
## Sobre as tendências do endividamento no continente: a acumulação do endividamento e a perpetuação do “neocolonialismo”

O endividamento mantém a sua tendência de crescimento ao nível dos países da região e o seu elevado custo é partilhado entre gerações. A armadilha da dívida é actualmente uma realidade generalizada e incontornável no processo de gestão das finanças públicas no continente, com os governos constantemente contraindo empréstimos para suprir necessidades de financiamento recorrentes, enquanto os pagamentos do serviço da dívida vão se tornando continua-

mente mais onerosos e superando qualquer benefício obtido com os empréstimos acumulados.

A situação já problemática da dívida soberana nas economias foi particularmente agravada pelas recentes crises que marcam a conjuntura global, no entanto, a tendência de deterioração prevalece há mais de uma década. Com efeito, os níveis da dívida na região quase que triplicaram na última década, chegando a corresponder a 80% do Rendimento Nacional Bruto de vários países africanos<sup>1</sup>.

Gráfico 1: Evolução do stock da dívida externa em África (1980-2020)



Fonte: Estatísticas Internacionais da Dívida (Banco Mundial)

No cômputo geral, a dívida total dos países assistiu a uma evolução significativa não só em termos da importância, mas também no que se refere à sua composição. Fundamentalmente, além do aumento cada vez crescente dívida soberana, os países africanos são confrontados com maiores dificuldades na gestão da mesma devido à diversificação na sua composição, que passa a incluir uma gama mais ampla de credores.

Partindo de uma situação em que os principais

credores oficiais consistiam apenas num punhado de Estados ocidentais e instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a composição da dívida dos países assistiu a uma mudança dramática passando também a incluir novos credores, designadamente a China, Índia, Turquia e instituições multilaterais, como o Banco Africano de Exportação e Importação e o Novo Banco de Desenvolvimento<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Sokpoh, A., Chirikure, N. e Bragança, J. (2022, 2 de Março). Africa's Debt Landscape: Scope for Sustainability. *Africa Policy Research Institute*. Disponível a partir <https://cddmoz.org/governo-deve-abandonar-medidas-paliativas-e-desenhar-uma-estrategia-para-enfrentar-a-crise/> [Consultado em 08/09/2022]

<sup>2</sup> Bradlow, D. (2022, 12 de Maio). Debt distress in Africa: biggest problems, and ways forward. *DowntoEarth*. Disponível a partir <https://www.downtoearth.org.in/blog/africa/making-covid-19-vaccines-in-africa-advances-and-sustainability-issues-82789> [Consultado em 08/09/2022]



É verdade que algum endividamento é inevitável e importante para o desenvolvimento de qualquer economia. Apesar dos custos que acarreta, o endividamento comporta igualmente benefícios por ser uma importante fonte alternativa de mobilização de recursos para financiar as necessidades dos governos<sup>3</sup>. Nesta perspectiva, os seus benefícios dependem muito de quão produtivamente a dívida é usada e, portanto, o seu sucesso na promoção do desenvolvimento socioeconómico exige que a economia e a produtividade cresçam a um ritmo suficiente para gerar rendimentos que compensam os custos com o empréstimo.

É com esta matemática simples de custo-benefício com que se debatem os governos africanos. São milhões de dólares que os países vêm continuamente acumulando em dívidas sem nenhum benefício aparente em termos de crescimento económico e melhoria das condições de vida das populações. Ou seja, as economias recorrentemente fracassam em atingir um ritmo de crescimento suficiente para pagar o custo muito mais

alto dos empréstimos estrangeiros.

A actual trajetória da dívida e as perspectivas nada optimistas existentes são muito preocupantes para os governos africanos. É que, se por um lado enfrentam custos cada vez crescentes da dívida, por outro enfrentam importantes desafios na mobilização doméstica de recursos para o financiamento do seu processo de desenvolvimento social e económico, contando com uma base tributária deficiente e perdendo anualmente milhões de dólares sob a forma de fugas de capital, evasão fiscal e fluxos financeiros ilícitos.

Como resultado, os países encontram-se numa situação em que ao mesmo tempo que procuram arduamente negociar continuamente reestruturações da dívida com credores privados, também veem se confrontados com a necessidade de sujeitar-se a adoptar políticas de grandes instituições multilaterais do ocidente, designadamente as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), em troca de financiamentos concessionais para apoiar a sua já reduzida margem fiscal<sup>4</sup>.

Trata-se de uma prática já consolidada nas re-

<sup>3</sup> Kose, M., Ohnsorge, F., e Sugawara, N. (2020). Benefits and Costs of Debt: The Dose Makes the Poison. *World Bank Group*. Disponível a partir <https://documents1.worldbank.org/curated/en/648141582830563001/pdf/Benefits-and-Costs-of-Debt-The-Dose-Makes-the-Poison.pdf> [Consultado em 08/09/2022]

<sup>4</sup> Hanlon, J. (2012). Debt & Development. Em H. Paul, S. Jessica., e B. Pierre (Eds). *Introduction to International Development*. Canada : Oxford University Press. Disponível a partir [https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/Debt-and-Development\\_Joseph-Hanlon\\_Ch14-of-Haslam-Schafer-Beaudet.pdf](https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/Debt-and-Development_Joseph-Hanlon_Ch14-of-Haslam-Schafer-Beaudet.pdf) [Consultado em 08/09/2022]

lações entre o ocidente e os países do “Global Sul”. Desde a década de 1980 que, em troca de donativos e financiamentos concessionais, vários países em vias de desenvolvimento relegam a sua soberania económica e sujeitam-se às políticas económicas neoliberais impostas pelas instituições de Bretton Woods. As medidas impostas incluem: as exigências para o cumprimento pontual e assíduo das obrigações com os credores para evitar penalizações nas classificações das agências de *rating*; a abertura forçada das fronteiras aos produtos manufacturados dos países industrializados, sufocando as indústrias

emergentes e pouco competitivas dos países em desenvolvimento.

Transcorrido sensivelmente meio século de implementação das medidas questionam-se os benefícios em termos de crescimento e desenvolvimento económico inclusivo. A percepção existente, e aliás confirmada ocasionalmente por estudos das próprias instituições de Bretton Woods<sup>5</sup>, é de que os referidos empréstimos estrangeiros não só acabaram se tornando onerosos como também implicaram a adopção de políticas perniciosas ao processo de crescimento das economias.

## Transformando África numa fazedora e não tomadora de regras

É tendo em consideração o contexto descrito na secção anterior que as organizações da sociedade civil do continente entendem ser urgentes medidas adicionais para redireccionar a dívida dos países para um caminho sustentável e combater as práticas de certos credores tendentes ao abuso da posição vulnerável das nações endividadas para maximização de lucros e violação da sua soberania económica.

São necessárias medidas adicionais precisamente porque as iniciativas que foram implementadas até o momento fracassaram em produzir reformas significativas na “arquitetura” internacional da dívida, principalmente no que diz respeito à padronização dos processos de contratação e reestruturação das dívidas.

Recorde-se que a primeira resposta de destaque da comunidade internacional foi implementada em 1996 com o lançamento da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC, na sigla inglesa), que visava o cancelamento da dívida de 39 países envolvendo os credores do Clube de Paris, as instituições de Bretton Woods e outros bancos de desenvolvimento. Mais tarde, em 2005, as instituições de Bretton Woods e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) introduziram a Iniciativa Multila-

teral de Alívio da Dívida (MDRI, na sigla inglesa), sob a qual concordaram em cancelar mais dívidas dos países que já haviam completado o processo HIPC.

Mais recentemente, na sequência da pandemia da COVID-19, foram novamente lançados outros programas de alívio da dívida, como a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI); o Quadro Comum do G20s; os Direitos Especiais de Saque do FMI (SDR). Entretanto, e à semelhança do que aconteceu com o HIPC e o MDRI em que os países beneficiários voltaram a enfrentar situações de altos níveis de endividamento, estas iniciativas falharam por não abordar o real problema que é a actual arquitetura financeira internacional.

Fundamentalmente, propõe-se uma reforma do quadro legal/contratual que governa o processo de obtenção de financiamento ao nível internacional. Além de uma abordagem mais holística no processo de contratação de dívidas junto dos credores sejam eles multilaterais ou não – passando a incluir não só considerações de natureza financeira, mas também os potenciais impactos económicos e sociais, as organizações da sociedade civil no continente entendem ser urgente o estabelecimento de um

5 Gebregziabher, H., Massarongo, F. (2022, 2 de Julho). Moçambique precisa de um novo modelo de crescimento para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. *Banco Mundial*. <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique#:~:text=Mo%C3%A7ambique%20precisa%20de%20um%20novo%20modelo%20de%20crescimento%20para%20um%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20e%20inclusivo.>

quadro operacional de reestruturação ordenada da dívida que funcione a favor dos devedores e não para os credores, num esforço para mitigar os elevados custos de resolução da dívida ao nível dos países e limitar a probabilidade de um ressurgimento das crises de dívida.

Adicionalmente, reconhecendo o papel das fragilidades de governação na aceleração da tendência de aumento do endividamento na região, propõe-se que as medidas de reestruturação da arquitetura financeira sejam complementadas por reformas de governança ao nível das economias para melhorar a transparência das

finanças públicas e reforçar as políticas e os quadros legais de gestão da dívida.

Porque as necessidades de financiamento do continente são cada vez maiores, sobretudo para o cumprimento da Agenda 2063, as organizações da sociedade civil entendem que é chegada a hora de os africanos tomarem dianteira no seu processo de desenvolvimento, apostando na industrialização e finanças públicas progressivas e ambiciosas, ao mesmo tempo que estabelecem bases para o estabelecimento da arquitetura financeira africana para, assim, libertar o continente da dependência crónica em relação ao Global Norte.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Gabriel Manguela  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

